

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>	<p>NP: orfjv28 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 01/03/2023 Projeto de lei nº 703/2023 Protocolo nº 1522/2023 Processo nº 1073/2023</p>	
<p>Autor: Dep. Gilberto Cattani</p>		

Institui o dia 13 de maio, data da Abolição da Escravatura no Brasil, como feriado no âmbito do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42, da Constituição Estadual, e art. 168, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o dia 13 de maio, data da Abolição da Escravatura no Brasil, como feriado no âmbito do Estado de Mato Grosso.

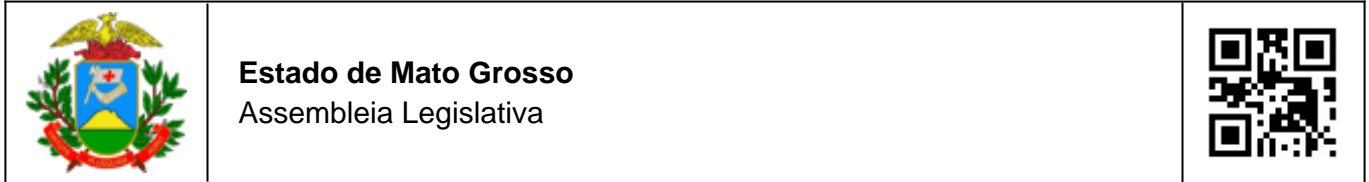
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Preambularmente, respeitadas as disposições do art. 25, da Constituição Federal, a presente proposição é de competência legislativa comum dos Estados, segundo ditames do art. 23, incisos I, III e V, e competência legislativa concorrente dos Estados, segundo ditames do art. 24, incisos VII e IX, e §2º, todos da Constituição Federal, estando, pois, em harmonia com o RI-ALMT, eis que não afronta seu art. 155, não havendo causa de prejudicialidade (art. 194), tão pouco invasão das competências do Executivo Estadual, consoante arts. 39 e 66, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Consultando fontes oficiais da verdadeira história brasileira, encontradas nos escritos do Professor de história e literatura brasileira Thomas Giulliano^[1] e em artigos da Brasil Paralelo^[2], foi possível conhecer melhor a vida de **Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon**, a princesa Isabel, nasceu no Palácio Imperial de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, no dia 29 de julho de 1846. Ela era a segunda filha de D. Pedro II e Teresa Cristina.

Mesmo sendo a segunda filha, tornou-se a herdeira do trono com 11 meses de idade, por causa da morte do filho mais velho do imperador, Afonso Pedro, com apenas dois anos de idade. Assim, a Princesa Isabel foi



nomeada herdeira.

Tempos depois, o imperador e sua esposa tiveram outro herdeiro do sexo masculino, Pedro Afonso, mas este, assim como o primeiro herdeiro, faleceu na infância. Isso fez, novamente, com que a Princesa Isabel fosse nomeada herdeira.

Para a educação da futura imperatriz e de sua irmã, a Princesa Leopoldina, D. Pedro II designou como primeira preceptora a Condessa de Barral, filha do Embaixador Domingos Borges de Barros. Para elaborar um programa de estudos completo, foram contratados diversos mestres, entre eles, o Visconde de Pedra Branca.

A Princesa Isabel mostrava grande interesse pelos estudos, e assim passou sua juventude entre aulas de literatura, latim, inglês, alemão, botânica, mitologia, matemática e a leitura dos Evangelhos.

No dia 29 de julho de 1860, aos 14 anos, obedecendo a Constituição, prestou o juramento de "manter a religião católica, observar a constituição política do País e ser obediente às Leis e ao Imperador".

Aos 18 anos, a Princesa Isabel casou-se com Luís Filipe Maria Fernando Gastão, o Conde d'Eu. Em 1860, os pais de Isabel sondavam príncipes europeus para desposar sua filha e a irmã. Em 1864 chegaram os primos Gastão de Orléans, o Conde d'Eu e Augusto de Saxe, netos do rei Luís Filipe da França. Do seu casamento com Conde d'Eu nasceram quatro filhos: Luísa Vitória, Pedro, Luís e Antônio.

No dia 29 de julho de 1871, conforme a Constituição Brasileira de 1824, a Princesa Isabel, ao completar 25 anos, se tornaria **a primeira senadora do Brasil**. Diante dos personagens mais importantes do Império, a princesa jurou a Constituição.

Foi a primeira mulher eleita para o cargo e depois a primeira a ser chefe de Estado em todo o continente americano.

Por ser a herdeira do trono brasileiro, a Princesa Isabel tinha a responsabilidade de assumir o comando do país quando o imperador estivesse ausente.

Em três ocasiões a princesa exerceu essa regência. A primeira foi em 1871, quando Dom Pedro II viajou para a Europa.

Durante esse governo, no dia **28 de setembro de 1871 assinou a Lei do Ventre Livre**, pela qual libertaria os filhos que nascessem de mãe escrava a partir daquela data.

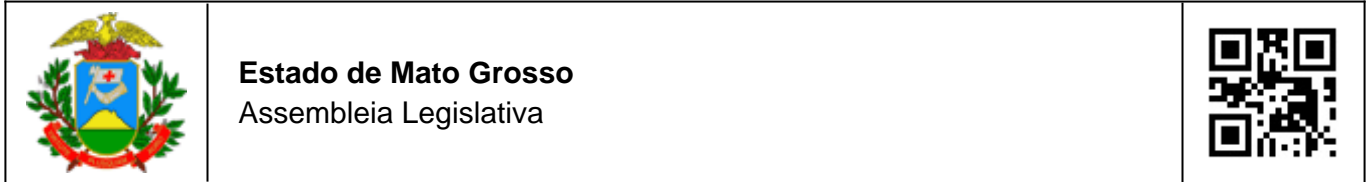
A segunda regência da Princesa Isabel iniciou-se no dia 26 de março de 1876, quando D. Pedro II viajou para a Europa e lá permaneceu até 1877.

Nesse período, a regente promoveu medidas para a melhoria do país, como **a construção de estradas de ferro, e mediou o grande conflito da Questão Religiosa.**

A terceira regência está associada ao grande feito da Princesa Isabel.

Em 1888, a Princesa Isabel assumiu o poder pela terceira vez quando Dom Pedro II precisou viajar para Europa por um tratamento de saúde.

Nessa época, a **campanha abolicionista** contava com o apoio de vários setores da sociedade. **O fim da escravidão era uma demanda nacional.** A princesa já era grande aliada dos movimentos populares e dos



partidários da abolição da escravatura.

No dia **13 de maio de 1888**, a regente **Isabel assina a Lei Áurea**, que assim determinava: "A partir desta data ficam libertos todos os escravos do Brasil". A partir de então, a princesa passou a ser chamada de **Redentora**.

Em 15 de novembro de 1889, aconteceu no Brasil o **golpe republicano**. A família real foi expulsa do Brasil e, assim, a princesa Isabel partiu com seu marido para o exílio na França. A implantação da república no Brasil foi resultado da perda de apoio político da monarquia durante a década de 1880.

D. Isabel e sua família se instalaram no castelo da família do Conde d'Eu, na Normandia, no norte da França, que foi todo decorado com móveis e objetos brasileiros.

A Princesa Isabel faleceu na Normandia no dia 14 de novembro de 1921, aos 75 anos de idade. Ela morreu no exílio sem ter retornado ao Brasil.

É uma moda historiográfica do Brasil Contemporâneo, especialmente das cadeiras universitárias, desmerecer o papel de Isabel na abolição. Quando perguntados quem foi a Princesa Isabel, insistem que seu papel na abolição foi secundário, quase como se ela fosse obrigada a sancionar a Lei Áurea. Os fatos não sustentam essa narrativa.

O palácio real contava com diversos funcionários que eram ex-escravos acolhidos pela família real. A Princesa Isabel sustentava um quilombo para onde os escravos fugiam, o famoso quilombo do Leblon.

O atual bairro de luxo da cidade do Rio de Janeiro era um renomado quilombo para onde alguns escravos fugiam e ele era sustentado pela Princesa Isabel, dada a sua dedicação e devoção à causa do abolicionismo.

É por conta deste quilombo que a **flor camélia**, uma bela flor branca, tornou-se símbolo da luta abolicionista. Os seus moradores cultivavam esta flor. A própria princesa trajava a flor na lapela de suas roupas.

A princesa, portanto, patrocinou esse quilombo e ajudou escravos a se emanciparem. Só isto já evidencia seu papel na causa abolicionista. Mas ela fez muito mais.

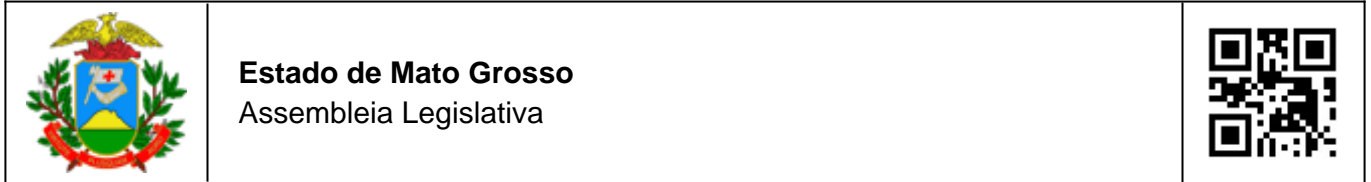
Em 1871, sancionou a Lei do Ventre Livre, que propunha que filhos de escravos nascidos no Brasil a partir de 1871 fossem livres, ou fosse libertos aos 8 anos e seu senhor seria indenizado, ou aos 21 conquistavam sua alforria sem qualquer preço. Um importante passo na gradual abolição da escravatura.

E para então sancionar a **Lei Áurea** e pôr um fim definitivo a escravidão, não foi necessário somente assinar uma lei: **Isabel precisou derrubar o Gabinete de Ministros do Barão de Cotegipe, um famoso defensor da escravidão**, para poder nomear o abolicionista João Alfredo Corrêa de Oliveira e assim poder propor ao Parlamento a lei e finalmente aprová-la.

A princesa sabia que ao assinar a lei poderia colocar em risco a monarquia e seu governo, pois a pauta republicana avançava no país. E foi de fato o que ocorreu apenas um ano depois.

Já no exílio, narram seus biógrafos que lhe perguntaram: "Se adivinhasse que perderia o Trono, teria assinado a Lei?".

Respondeu: "Quantos tronos houvessem a cair, eu não deixaria de assiná-la".



Um desprendimento verdadeiramente heróico. Devido a esse grandioso gesto, foi condecorada com a **Rosa de Ouro pelo Papa Leão XIII**.

A Lei Áurea libertou cerca de 700 mil escravos que ainda havia no país. Foi a grande conquista do abolicionismo no Brasil. O evento foi amplamente comemorado, as festas duraram uma semana, com celebrações, discursos, missas de ação de graças e muita euforia popular.

A abolição foi uma causa que mobilizou toda a sociedade brasileira, e a Princesa Isabel desempenhou um papel proeminente.

Por estas importantes razões, escolhemos homenagear o grande papel histórico que teve a Princesa Isabel, bem como a liberdade alcançada por todos os que se encontravam cativos no Brasil, com a inserção, no calendário oficial de Mato Grosso, da data de 13 de maio, como feriado estadual, **havendo sido respeitadas todas as exigências da Lei Estadual 10.556/2017.**

[1] <https://thomasgiulliano.com.br/>

[2] <https://www.brasilparalelo.com.br/entrevistas/quem-foi-a-princesa-isabel#:~:text=No%20dia%2013%20de%20maio,a%20ser%20chamada%20de%20Redentora.>

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 26 de Fevereiro de 2023

Gilberto Cattani
Deputado Estadual